

ASFOC-SN



Considerações do Sindicato

Por uma Fiocruz estratégica de Estado e da Sociedade

19 a 22 de agosto de 2014



Congresso Interno
da Fiocruz

INTRODUÇÃO

ANÁLISE DO DOCUMENTO DE REFERÊNCIA E ESTATUTO PARA DISCUSSÕES DURANTE O VII CONGRESSO INTERNO

Apresentação

Este documento foi elaborado pelo Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Fundação Oswaldo Cruz (ASFOC-SN), a partir das análises feitas pela Diretoria Executiva Nacional, com base nas contribuições dos trabalhadores durante os fóruns sindicais realizados em Manguinhos e nas Unidades Regionais, e ainda pelos dois Seminários Preparatórios realizados em 23/07 e 01/08. Neste Congresso, teremos uma excelente oportunidade de reafirmar nosso compromisso com o “conhecimento e inovação para a saúde, desenvolvimento e cidadania”, mas sempre centrado na ampliação do público e do social, uma instituição verdadeiramente de Estado e da sociedade.

Na intenção de contribuir também com a integração de servidores que estejam participando pela primeira vez do Congresso, julgamos pertinente colocar no documento a visão principal que norteia a participação do Sindicato, que é a de preservar o que foi deliberado consensualmente pela comunidade Fiocruz na Plenária Extraordinária do II Congresso Interno de 1996, e que permanece como nossa principal referência institucional “(...) são nossas “cláusulas pétreas”: compromisso social, caráter público e estatal, integralidade institucional e gestão democrática, com controle social”. Enfatizamos que a aspiração de uma sociedade moderna e justa exige, na realidade brasileira, a presença destacada do Estado na execução das políticas sociais, em especial na educação, ciência e tecnologia e saúde.

Análise de conjuntura e desafios

Devemos considerar, para nossa análise de rumos institucionais, o contexto macropolítico, a crise aguda do capitalismo global que privilegia o mercado em detrimento das necessidades humanas e os desafios que isso traz para o Brasil, que necessita repensar suas estratégias de desenvolvimento, privilegiando as políticas sociais e tendo a saúde como centro de uma sociedade sustentável. Nosso debate precisa levar em conta um maior protagonismo da Fiocruz no fortalecimento do Estado para atendimento das justas demandas da população.

Os tempos exigem que tenhamos um papel bastante firme na defesa do SUS com todas as instâncias que o compõem, como a Anvisa, que vive um momento bastante delicado no enfrentamento do Agronegócio, que quer impor o fim de restrições para alguns agrotóxicos que já foram banidos no mundo todo. Temos que ampliar o debate com a sociedade e intensificar as ações relativas às políticas ambientais, fortalecendo a regulação e o controle do uso de agrotóxicos e transgênicos.

Não podemos perder de vista que a qualidade dos alimentos e sua segurança estão intimamente ligados com as questões que impactam nossa saúde (moção da Asfoc sobre o tema foi aprovada pelo VI Congresso Interno).

Outro diálogo importante diz respeito à forma como a Fiocruz deve se posicionar em relação à violência em todas as suas formas, principalmente a do próprio Estado contra seus cidadãos. Nos últimos anos, acompanhamos com extrema preocupação uma crescente criminalização dos movimentos sociais, com prisões arbitrárias de militantes, estudantes e trabalhadores.

Vemos com preocupação a existência no Congresso Nacional de Projetos de Lei criando regras para limitar o direito de manifestação, assim como ocorre em relação ao direito de greve.

O direito de livre organização e expressão, pilares da democracia conquistada pela população brasileira com muita luta, está ameaçado. Os trabalhadores da Fiocruz defendem a ampliação interna deste debate e junto à sociedade como um todo.

Controle social

A Instituição deve se posicionar respondendo efetivamente às demandas da população na área da saúde, da ciência, tecnologia e inovação. Como iniciativas recentes podemos citar o Decreto 8.243, que institui a

Política Nacional de Participação Social, com a qual se faz necessário dialogar, para que sejam aperfeiçoados os mecanismos de formulação, monitoramento e avaliação de programas e políticas públicas e aprimoramento da gestão pública. Para isso, as instâncias de controle social já presentes na estrutura da Fiocruz, como o Conselho Superior, devem sofrer análises mais aprofundadas, revendo seu papel e sua efetividade. Seguindo a mesma lógica, precisamos fazer com que a instituição esteja mais atenta em seu processo de comunicação com a sociedade, indicando, por exemplo, uma participação mais ativa do Conselho Nacional de Saúde em nossas ações, assim como nas discussões e deliberações sobre os rumos institucionais.

Financiamento

No que se refere à Saúde, continuamos na defesa do que prega a Constituição Federal de 1988: “saúde é direito de todos e dever do Estado”. Nessa linha, diferente do que vem sendo delineado no âmbito nacional e internacional, com apoio da própria OPAS/OMS, para que o conceito de cobertura universal de saúde seja apropriado pela oferta de planos privados de saúde para as populações, direcionando para eles os recursos públicos, em contraposição a criação de sistemas universais nacionais públicos, como é o caso do SUS e outros sistemas públicos nos quais ele foi inspirado. Precisaremos defender o princípio do SUS contra os interesses “mercantilizados” que tentam se apropriar de seus conceitos para justificar a privatização do setor público.

Entendemos ser também papel da Fiocruz a defesa de investimento adequado do Estado em políticas públicas intersetoriais que potencializem a promoção da saúde. Entendemos que, na área da Saúde, a ausência do Estado no seu compromisso com a sociedade só será revertida com ações incisivas em todas as dimensões do SUS, inclusive em sua força de trabalho, com a valorização das carreiras e profissionais comprometidos e bem remunerados.

Ainda com relação ao financiamento, é necessário que a Plenária do VII Congresso seja capaz de discutir e definir claramente as ações que devem ser garantidas e mantidas com recursos orçamentários destinados anualmente à Fiocruz e aquelas que podem e devem ser desenvolvidas a partir de captação de recursos externos. Como Instituição Pública e Estratégica de Estado, entendemos que existem ações estruturantes que não podem sofrer descontinuidade. A dependência de captação externa é um risco para essas ações que a população efetivamente espera como resposta da Fiocruz e que demandam recursos orçamentários garantidos.

Valorização e saúde do trabalhador e regulação do trabalho

A Fiocruz deve intensificar as gestões junto ao governo federal e Congresso Nacional, com foco na reestruturação das carreiras e valorização salarial de ativos e aposentados.

Outro ponto que demanda recursos orçamentários do tesouro e que diz respeito à força de trabalho para que a Instituição atenda adequadamente ao SUS é a questão da saúde do trabalhador. A implementação das ações do Sistema SIASS deve ter continuidade e sua manutenção e seu crescimento assegurados com recursos do tesouro, por não se configurar como ação que caiba uma captação externa de recursos.

No que se refere à relação com outros entes que apoiam a ciência, a saúde e a inovação no país, defendemos o aprofundamento do debate sobre a política científica promovida pelas agências de fomento e seus processos de avaliação, muitas vezes calcados no produtivismo. O sanitarista Sergio Arouca já advertia, em entrevista publicada pela Fiocruz em outubro de 2002, sobre “a distorção máxima” de um “mercado de projetos públicos”, de o serviço público “vender serviços para o próprio serviço público”. A Asfoc entende que a Fiocruz deve ter uma postura firme em relação às suas prioridades, capaz de evitar a fragmentação do que realmente é relevante para a população.

É importante ainda discutir a agenda de produção científica e tecnológica voltada para solução dos problemas sociais e acompanhar a celebração de convênios entre a Fiocruz, fundações de apoio, agências de fomento e outras instituições da iniciativa privada.

Com relação à deliberação de Congresso anterior sobre a concessão de bolsas Fiotec, caso a Plenária do VII Congresso delibere pela revisão da decisão anterior, levando em consideração a legislação atual, entendemos que devam ser definidos pelo CD Fiocruz critérios de concessão, considerando os pontos elencados nos parágrafos anteriores, garantindo ampla participação das Unidades. Estas discussões deverão incorporar a regulação do trabalho e dos mecanismos de controle, transparência e equidade de oportunidades. Entendemos que a Instituição deve adotar medidas

destinadas a dar ampla publicidade à comunidade Fiocruz e à sociedade, dos fatos concernentes ao relacionamento com a Fiotec ou agências de fomento, com a publicação dessas informações em sites institucionais, além da relação de projetos desenvolvidos e em andamento, com objetos, metas e indicadores, assim como a divulgação dos beneficiários, valores recebidos, atividade realizada, os montantes financeiros gerenciados e parcerias entre outros.

Estatuto

Em referência ao Estatuto, entendemos que necessita de maior empenho para ser atualizado independente de autorização da empresa pública, pois as Unidades estão com estrutura defasada desde 2003 e com nova estrutura discutida e aprovada em Congresso desde 2006.

Gestão Democrática e Participativa

Com relação às propostas de monitoramento e acompanhamento das decisões do Congresso, é necessário que a Plenária se posicione claramente para propor um caminho factível e viável, fortalecendo e aprimorando as instâncias que já existem no modelo atual, como os Conselhos Deliberativos das Unidades e as Câmaras Técnicas, procurando alcançar maior capilarização das discussões e ações sobre acompanhamento e efetivação das diretrizes propostas neste Congresso.

Por fim, devemos reafirmar a importância de que os próximos Congressos Internos sejam realizados sempre nos primeiros anos de cada gestão, como forma de nortear realmente o planejamento dos mandatos dos presidentes eleitos, recuperando ainda uma lógica de diagnóstico realizado de forma mais compartilhada, com ampla participação da comunidade.

Valorizamos, nesta oportunidade, todo o envolvimento dos trabalhadores, gestores e das assembleias das Unidades, que discutiram ativamente o documento e enviaram suas contribuições para a melhoria das propostas. A ampla participação nas eleições qualificou ainda mais a escolha dos delegados. Apostamos que, com toda essa mobilização, será possível realizar debates maduros e aprofundados para os rumos institucionais.

Referências

Decreto 8.243 de 2014 – Política Nacional de Participação Social

Lei 12863 de 2013 - sobre fundações de apoio

Decreto 7.423 de 2010 – sobre fundações de apoio

Documento OPAS/OMS sobre Cobertura Universal de Saúde